

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.766 - RS (2019/0008151-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **NALDO ROBSON SOARES DE AZAMBUJA**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADORES : **MARCIA REGINA LUSA CADORE - RS029266**
CANDIDO INACIO MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS047510

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por NALDO ROBSON SOARES DE AZAMBUJA, em 30/08/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. AUSÊNCIA DE SEGURANÇA DO JUÍZO. NECESSIDADE DE PENHORA NAS EXECUÇÕES FISCAIS.

1. Se, por um lado, o STJ deliberou pela repercussão geral que a penhora insuficiente à plena garantia do juízo, por si só não obsta a admissibilidade dos embargos (REsp 1227815 -SP, 1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux), por outro, deliberou, também pela repercussão geral, que a segurança do juízo nas execuções fiscais é imprescindível, tendo em conta o art. 16, § 1º, da LEF (REsp 1272827-PE, 1ª Seção, em 22-5-2013, DJe de 31-5-2013).

3. Apelação desprovida" (fl. 30e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta dissídio jurisprudencial em relação ao art. 16, § 1º, da Lei 6.830/80, sustentando o seguinte:

"O presente recurso especial tem por fundamento o art. 105, III, 'c', da CF, tendo em vista que a interpretação dada pelo Tribunal de Justiça gaúcho ao art. 16, §1º, da Lei nº 6.830/80 diverge da que lhe foi dada pelo Tribunal Regional Federal da 3a Região no AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 154096 / SP., relatado pelo Desembargador Mairan Maia, cujo acórdão ficou assim ementado (íntegra em anexo):

(...)

Conforme é possível depreender-se da fundamentação do acórdão paradigma, trata-se de caso que preenche o requisito da identidade fática, como se pode observar do trecho abaixo transcrito:

(...)

Já no caso sob exame, também trata-se de embargos à execução fiscal apresentados por pessoa hipossuficiente do ponto de vista econômico, nos quais também foi arguida a sua ilegitimidade passiva. Nesse sentido, consta na fundamentação da exordial o seguinte (fls. 03/04):

(...)

Apesar da identidade (ática entre os casos julgados pelo Tribunal Regional Federal da 3a Região e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, as decisões proferidas mostram-se divergentes. O primeiro, entendeu que a garantia do juízo deveria ser dispensada nas hipóteses em que o embargante fosse hipossuficiente do ponto de vista econômico, mormente nas hipóteses em que os embargos à execução versam a respeito de ilegitimidade passiva, consoante é possível depreender-se do seguinte trecho do julgado:

(...)

O Tribunal de Justiça gaúcho, por sua vez, entendeu, majoritariamente, o seguinte (fls. 23v/24):

(...)

Diante do exposto, pode-se concluir pela existência r. dissídio jurisprudencial, visto que, diante de casos concretos idênticos, o Tribunal de origem e o Tribunal Regional Federal da V Região fixaram interpretações diversas do art. 16, §1º, da Lei nº 6.830/80, motivo pelo qual merece reforma o acórdão recorrido, de forma a ser determinado o recebimento dos embargos à execução apresentados pelo ora recorrente" (fls. 51/55e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o Recurso Especial ora interposto, para que, ao final, seja reformado o acórdão vergastado, acolhendo-se a alegação de que há dissídio jurisprudencial, e determinando-se o recebimento dos embargos à execução apresentados pe ora recorrente" (fl. 55e).

Contrarrazões a fls. 66/75e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 85/89e), foi interposto o presente Agravo (fls. e).

Contraminuta a fls. 104/107e.

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução Fiscal, os quais não foram recebidos por ausência de garantia do juízo.

Recorreu o autor, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

O Tribunal de origem, ao concluir pela impossibilidade de embargos sem penhora, tendo em vista que a segurança do juízo na execução fiscal é imprescindível, nos termos do art. 16, § 1º, da LEF, decidiu em consonância com a jurisprudência dessa

Corte Superior.

Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO.

PREVALÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEF SOBRE O CPC.

1. **Discute-se nos autos a possibilidade de oposição de Embargos à Execução Fiscal sem garantia do juízo nos casos em que o devedor é hipossuficiente.**

2. **'Em atenção ao princípio da especialidade da LEF, mantido com a reforma do CPC/73, a nova redação do art. 736, do CPC dada pela Lei n. 11.382/2006 - artigo que dispensa a garantia como condicionante dos embargos - não se aplica às execuções fiscais diante da presença de dispositivo específico, qual seja o art. 16, §1º da Lei n. 6.830/80, que exige expressamente a garantia para a apresentação dos embargos à execução fiscal'** (REsp 1.272.827/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 31.5.2013).

3. **Recurso Especial não provido**" (STJ, REsp 1.676.138/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/10/2017).

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DAS LEIS.

1. Não há violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. **Discute-se nos autos a possibilidade de oposição de embargos à execução fiscal sem garantia do juízo pelo beneficiário da justiça gratuita.**

3. **Nos termos da jurisprudência do STJ, a garantia do pleito executivo fiscal é condição de procedibilidade dos embargos de devedor nos exatos termos do art. 16, § 1º, da Lei n. 6.830/80.**

4. O 3º, inciso VII, da Lei n. 1.060/50 não afasta a aplicação do art. 16, § 1º, da LEF, pois o referido dispositivo é cláusula genérica, abstrata e visa à isenção de despesas de natureza processual, não havendo previsão legal de isenção de garantia do juízo para embargar. Ademais, em conformidade com o princípio da especialidade das leis, a Lei de Execuções Fiscais deve prevalecer sobre a Lei n. 1.060/50.

Recurso especial improvido" (STJ, REsp 1.437.078/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de

31/03/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. NECESSIDADE. PREVISÃO ESPECÍFICA. LEI 6.830/80.

1. **Havendo previsão expressa no § 1º, do art. 16, da Lei 6.830/80, mantém-se a exigência de prévia garantia do juízo para que possa haver a oposição dos embargos à execução fiscal.**

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.257.434/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/08/2011).

Destarte, estando o acórdão recorrido em harmonia com o posicionamento do STJ sobre o tema, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **negar provimento** ao Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora